

**Francisco Carlos Palomanes Martinho, *Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)*. Lisboa, Objectiva, 2016, 589 p.**

### **Informação pessoal e institucional**

Graduado em História (1989) e Mestre em História Contemporânea (1994) pela Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil), Doutor em História Social (2000) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), Francisco Martinho é hoje Professor de História Ibérica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil). Para além de Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil), tem, também, participado em projectos de investigação concretizados no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, Brasil), em colaboração com Angela de Castro Gomes; no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com António Costa Pinto.

Tem trabalhado problemáticas de história política do século XX – ditaduras autoritárias ou totalitárias de direita e transições para regimes demoliberais ou democráticos –, de história do corporativismo (vertentes cultural e ideológica, socio-económica e político-institucional), de história de correntes intelectuais de direita e de extrema-direita – nomeadamente no Brasil e na Argentina, em Portugal e Espanha, em Itália e noutros países –, de história da historiografia dos fascismos e de outros regimes ditatoriais de direita. A presente biografia de Marcello Caetano integra-se, pois, plenamente, nos vários universos temáticos referenciados.

### **Contexto historiográfico**

Quando identifica Angela de Castro Gomes e António Costa Pinto como influências marcantes para a estruturação do seu próprio discurso historiográfico, Francisco Martinho anuncia implicitamente as características nucleares do mesmo. Defende a relevância do estudo comparativo da história política do século XX (das ideias e das elites, das organizações e das instituições). Opta por considerar preferencialmente os sectores da direita e da extra-direita, com destaque para as correntes que se inspiram nas concepções organicistas e corporativistas, nacionalistas e soberanistas. Valoriza as abordagens interdisciplinares, antes de mais as que resultam no cruzamento entre a história e a ciência política, a sociologia e a antropologia políticas.

Ao utilizar conceitos de cariz tipológico – focados na referenciação e na medição do grau de concretização de vectores de caracterização descontextualizados –, é levado a destacar mais as diferenças do que as similitudes entre os percursos de cada país. No que concerne aos regimes ditatoriais de direita, Francisco Martinho tende a advogar a adopção de uma utilização restritiva das categorias teóricas de fascismo e de totalitarismo. Mesmo durante a chamada “Época do fascismo” (1919 ou 1933 a 1945), a generalidade das ditaduras de direita teriam, assim, sido autoritarismos e não totalitarismos de natureza fascista.

Se, por um lado, os líderes – dirigentes políticos e/ou intelectuais – do fascismo italiano (o Movimento e a ideologia totalitários mais do que o Partido/Estado autoritário ou, quando muito, misto) influenciaram inúmeros indivíduos, organizações e instituições em diversos países; por outro, cada experiência nacional teria sido substancialmente diferente da evolução italiana e, de forma acrescida, da situação na Alemanha depois da instauração do Terceiro Reich nacional-socialista. O Estado Novo de António de Oliveira Salazar e, depois, de Marcello Caetano, consubstanciaria essa mesma dualidade. O Estado Novo de Getúlio Vargas afastar-se-ia, ampliadamente, da referida matriz totalitária e fascista.

### **Estratégia discursiva e síntese dos conteúdos fundamentais**

Correndo, embora, o risco de simplificar os objetivos do autor desta obra, diria que Francisco Martinho procurou elaborar um texto que, em simultâneo, aparentasse alguma naturalidade ou simplicidade narrativa, tornando o discurso acessível e interessante para o grande público; que integrasse numa segunda camada conceitos, problemáticas e interpretações atuais e especializados, detetáveis por leitores mais diferenciados. Salientando, embora, as questões estritamente biográficas, propõe, quase sempre, vectores de contextualização de âmbito nacional e internacional. Penso que conseguiu atingir um equilíbrio operatório entre dois registos por vezes tidos e apresentados como inconciliáveis.

A presente biografia de Marcello Caetano integra, ainda, a capa com uma fotografia de Marcello Caetano na primeira metade dos anos 1940 e uma dedicatória a Angela de Castro Gomes, um prefácio de António Costa Pinto e Agradecimentos do autor, um siglário e uma Apresentação, a Introdução e um pequeno anexo de fotografias, notas de rodapé e listas de documentação/de bibliografia. Trata-se, de certo modo, de um roteiro dos bastidores do texto publicado. Justificar-se-ia, talvez, ter incluído, também, uma cronologia

detalhada do percurso do biografado, bem como informação acerca das principais individualidades com as quais Marcello Caetano interagiu.

Visou, também, construir um discurso que contrariasse a tendência, dominante entre nós, para considerar sobretudo – quando não exclusivamente – o Marcello Caetano dos anos de 1968 a 1974, ignorando grande parte do período durante o qual o líder da ditadura que substituiu António de Oliveira Salazar (fundador e chefe do Estado Novo português entre 1933 e 1968) se posicionou e interveio pessoal e profissionalmente, ideológica e politicamente (1922-1980). Destacou, para o efeito, tanto as décadas de 1920 a 1950 – durante a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo –, como os anos que se seguiram ao Golpe de Estado e à Revolução de 25 de Abril de 1974 (com o Processo Revolucionário em Curso e com a consolidação do regime democrático).

Para além de viabilizar um conhecimento mais multifacetado do conjunto do percurso e da influência de Marcello Caetano em Portugal, a referida abrangência facilitará a compreensão das próprias incidências do seu consulado como dirigente máximo do Estado Novo. Talvez as aparentes ou as efetivas contradições – entre tolerância no plano pessoal e intransigência ideológica no plano cívico, entre modernização e conservadorismo, entre abertura política e autoritarismo ou totalitarismo – e indefinições (quanto à integração de Portugal na CEE, quanto ao futuro do regime, quanto à evolução dos “territórios não autónomos”) do marcelismo tenham, afinal, decorrido, também, da permanência dos valores e propósitos assumidos pelo biografado desde as décadas de 1920 e de 1930.

Será, igualmente, pertinente, salientar, numa perspetiva de ego-história, que a presente obra resulta, ao mesmo tempo, de um olhar distanciado e de uma observação próxima face a Portugal e a Marcello Caetano. Olhar distanciado porque mediado pelos instrumentos deontológico-epistemológicos e teórico-metodológicos da historiografia, porque da autoria de um cidadão brasileiro com atividade profissional no Rio de Janeiro e em São Paulo, porque marcado pela vigência em Brasília e em Lisboa de regimes democráticos num Mundo de pós-“Guerra Fria”. Observação próxima tendo em conta o contexto familiar de Francisco Martinho, de origem portuguesa e espanhola; tendo em conta o empenhamento cívico de Francisco Martinho face à Ditadura Militar brasileira, ao Estado Novo português e ao *Nuevo Estado* espanhol; tendo em conta as mais recentes evoluções da regionalidade política no Brasil e em outros países da América Latina, nos EUA e na Europa, na Rússia e no Médio Oriente.

Depois de comentar e de enquadrar documentação fundamental, produção historiográfica relevante e discursos memorialísticos sobre o Estado Novo e acerca do sucessor de António de Oliveira Salazar, Francisco Martinho começa

por abordar os contextos familiar e sócio-ideológico de Marcello Caetano. Evidencia, depois, os antecedentes imediatos e o percurso do biografado, convergentemente rurais e urbanos, da classe média baixa mas com capacidade de acesso a sociabilidades e a mundividências das elites, conservadores e modernizadores. Originário da Pampilhosa da Serra, o pai de Marcello Caetano migrou para Lisboa aos 12 anos. Alfabetizado, começou como marçano num estabelecimento comercial e, depois de adulto, pertenceu aos quadros das Forças Armadas, da Guarda Fiscal e da Alfândega de Lisboa; foi militante da “acção católica” e colaborador do *Comarca de Arganil*, monárquico e democrata-cristão conservador.

Nascido em Lisboa a 17 de Agosto de 1906, tendo crescido durante a Primeira República e estudado em escolas públicas, Marcello Caetano militou na “acção católica” e no Grupo n.º 11 da Associação dos Escuteiros de Portugal (não confessional), construiu e manteve laços de amizade com individualidades de centro/esquerda e de direita (antes de mais, Henrique de Barros e João de Barros, Pedro Teotónio Pereira e João Ameal). Estudante-trabalhador e publicista, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e afirmou-se no seio das elites da capital do país, aderiu ao Integralismo Lusitano mas preferiu a “via salazarista” ao Movimento Nacional-Sindicalista. Oriundo da extrema-direita monárquica e católica porque tradicionalista, tornou-se um dos líderes da ala republicana e modernizadora do Estado Novo.

Inicialmente nacionalista e católico, corporativista e colonialista, adepto de ditaduras totalitárias de direita e de um sistema de relações internacionais baseado no poder de grandes potências ocidentais, o biografado acabou por defender a aproximação aos EUA e a participação de Portugal em processos multilaterais de integração europeia; alguma separação entre o Estado e a Igreja Católica; um “corporativismo de associação” ou liberalizado; a modernização, o “branqueamento da população” e a progressiva autonomização das “Províncias Ultramarinas”; a compatibilização entre a reprodução de um regime autoritário e níveis significativos de abertura em áreas como o associativismo sociolaboral e o âmbito dos “costumes”, a comunicação social e a cultura, o ensino e a investigação.

Quando, em 1929, no seguimento de uma sugestão por parte de Pedro Teotónio Pereira, Marcello Caetano passou a colaborar com o Ministério das Finanças, estabeleceu uma relação de confiança pessoal, profissional e política com António de Oliveira Salazar (Ministro das Finanças desde 1928) que se manteve, apesar de todos os incidentes, durante décadas. Ao contrário do sucedido, por exemplo, com Armindo Monteiro e com Pedro Teotónio Pereira – também potenciais substitutos do Chefe fundador –, o biografado não recebeu

convites para ou não aceitou desempenhar funções de representação diplomática no estrangeiro. Integrou o núcleo restrito que elaborou a Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional; foi Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944) e criticou, quer o “excesso de burocratização” da economia durante a Segunda Guerra Mundial, quer o “insuficiente nível de mobilização” das organizações políticas do regime.

Na fase final daquele conflito militar global, visando assegurar a sobrevivência da ditadura, Oliveira Salazar escolheu um novo Governo. Marcello Caetano torna-se responsável pela pasta das Colónias (1944-1947) e contesta, por um lado, o sector germanófilo e radical do regime; por outro, a precariedade das condições vigentes nas Colónias portuguesas. Face ao agudizar das tensões, o Chefe do Estado Novo transfere Marcello Caetano da função de Ministro das Colónias para a de Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Insatisfeito com os limites que lhe eram impostos e com a incapacidade de influenciar mais as políticas governamentais, acaba por demitir-se em 1949. Regressado à docência na FDUC, aceitara, entretanto, convites para os cargos de Procurador à Câmara Corporativa e de Administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Provavelmente no âmbito de uma nova iniciativa de recomposição da base de apoio do regime, tendo em conta a perspectiva do General Francisco Craveiro Lopes (Presidente da República), em Julho de 1955 António de Oliveira Salazar nomeou Marcello Caetano Ministro da Presidência do Conselho de Ministros. Substituiu João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), conotado com os sectores mais conservadores da ditadura. Culminando um período marcado, tanto por alterações substanciais na situação nacional, como por discordâncias políticas fundamentais, em Agosto de 1958 o biografado foi demitido do segundo cargo mais importante do Executivo. Pedro Teotónio Pereira surgiu como o novo Ministro da Presidência e Fernando Santos Costa deixou, também, o Governo (era Ministro da Defesa Nacional e o expoente máximo da “corrente radical”, ou salazarista, do regime).

Entre 1958 e 1968, Marcelo Caetano realizou o que Francisco Martinho designa como uma “travessia do deserto”. Foi nomeado pelo Ministro da Educação Nacional para o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa, mas demitiu-se por discordar da forma como António de Oliveira Salazar geriu a “Crise Académica de 1962”. Liderou, desta vez, informal mas efetivamente, um grupo de quadros intermédios do regime, modernizadores e mais ou menos adeptos da liberalização do mesmo. Manteve contactos com sectores desafetos ao Estado Novo e com correntes oposicionistas moderadas. No dia 27 de Setembro de 1968, face ao agravamento dos problemas de saúde de António

de Oliveira Salazar, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros pelo Almirante Américo Thomaz (Presidente da República de 1958 ao Golpe Militar de 25 de Abril de 1974).

### **Apreciações críticas**

Reconhecendo, embora, que a generalidade das categorias teóricas adotadas no âmbito da historiografia e de outras ciências sociais apresenta virtualidades e limitações, que os conceitos escolhidos por Francisco Martinho correspondem aos mais elevados padrões de exigência, não deixo de considerar que maior objetivação e operatividade decorreriam da mobilização de categorias teóricas de natureza dialética. Isto é, de conceitos que permitam, ao mesmo tempo, identificar características estruturantes, contextualizar – nos planos nacional e internacional – a respetiva aplicação e comparar com fenómenos similares ocorridos em diferentes países e épocas. Partir-se-ia, pois, de uma interpretação abrangente das categorias teóricas de fascismo e de totalitarismo.

Justifica-se, do mesmo modo, referenciar problemáticas às quais o autor poderia ter prestado maior atenção dada a importância que assumiram no percurso de Marcello Caetano e/ou na evolução de Portugal ao longo do século XX. Chamamos, em primeiro lugar, a atenção para a possibilidade de aprofundamento da temática das relações pessoais – intelectuais e políticas – estabelecidas pelo biografado com outras personalidades nacionais (por exemplo, Óscar Fragoso Carmona e Francisco Craveiro Lopes, Américo Thomaz e Pedro Teotónio Pereira, Manuel Gonçalves Cerejeira e Armindo Monteiro, Duarte Pacheco e José Ferreira Dias Júnior, João Pinto da Costa Leite e Fernando Santos Costa) e estrangeiras. Evocamos, em segundo lugar, durante o conflito militar global de 1939 a 1945 e no imediato pós-guerra, o esforço de reconfiguração da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e as tensões entre anglofilia e germanofilia, aliadofilia e continuidade do Estado Novo.

Salientamos, em terceiro lugar, a participação de Marcello Caetano nos intrincados processos político-institucionais verificados no seio das elites da ditadura portuguesa (mas com significativo envolvimento, nomeadamente, do Reino Unido e dos EUA) desde a morte do Marechal Óscar Fragoso Carmona (Abril de 1951) até à “Abrilada” de 1961. Na referida conjuntura estiveram em aberto opções potencial ou efetivamente tão fraturantes como a continuação do figurino republicano ou a readoção do sistema monárquico, o maior ou menor grau de explicitação da natureza católica do regime, a aceitação ou a recusa da preparação da futura independência das “Províncias Ultramarinas”,

a continuidade ou não de António de Oliveira Salazar enquanto Chefe do Estado Novo.

Destacamos, em quarto lugar, o protagonismo do biografado nos processos associados à participação de Lisboa na Organização Europeia de Cooperação Económica e à recusa – depois à solicitação – de apoio dos EUA no âmbito do “Plano Marshall”, à elaboração e rejeição da primeira versão do I Plano de Fomento, à reforma do sistema de investigação e ensino protagonizada por José Veiga Simão. Interessaria, finalmente, reconstituir e analisar mais aprofundadamente as perspetivas, as reações e a intervenção de Marcello Caetano face ao Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e ao processo revolucionário que se lhe seguiu, à presença de correntes reacionárias e contra-revolucionárias na situação política portuguesa, ao reconhecimento das independências das ex-Colónias e às vagas de refugiados resultantes de situações de guerra civil ou dos processos de estruturação dos novos Estados.

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
DHEEAA/FLUC e CEIS20/UC  
jpavelas@fl.uc.pt